

## Líderes platinos na guerra civil farroupilha

### Platinos leaders in the farroupilha civil war

Janaíta da Rocha Golin<sup>1</sup>

**Resumo:** Recentemente, os estudos dos historiadores têm demonstrado a existência da presença dos líderes platinos na guerra civil farroupilha (1835-1845), a qual tem sido analisada através de suas conexões com a ambiência platina e internacional. Percebe-se que sem a existência dessas ligações, teria sido praticamente impossível para os farroupilhas permanecer com o conflito pelo período referido. Durante uma década, os produtos recebidos pelo Prata, como armamentos e cavalaria, abasteceram as tropas rebeldes e foram cruciais para a sobrevivência da República Rio-Grandense (1836-1845). O Império do Brasil, percebendo o auxílio proveniente do Prata, procurou relacionar-se com os líderes platinos com o objetivo de obstar as relações entre estes e os sublevados sul-rio-grandenses, pressupondo que a interrupção desses contatos favoreceria o desfecho da insurreição farroupilha. O acordo que pôs termo ao conflito farroupilha passou por negociações que visaram impedir as proteções dos líderes platinos aos rebeldes, principalmente por intermédio do barão de Caxias. Com a anistia, os farroupilhas foram incorporados ao exército imperial e mantidos sob sua vigilância pela possível colaboração que pudessem vir a ter com os comandantes platinos em outros enfrentamentos.

**Palavras-chave:** Líderes Platinos, Guerra Civil Farroupilha e Império do Brasil.

**Abstract:** Recently, the studies of historians have shown the existence of the platinos leaders in connections with the platina ambience and international. It's possible to realize that without the existence of such links, the Farroupilha Civil War (1835-1845), wich has been analyzed through their connections would have been virtually impossible for the farroupilhas remain with the conflict over the period referred. For a decade, the products received by Plate, as armaments and horses, provided the rebel troops and were crucial to the survival of the Riograndense Republic (1836-1845). The Brazilian Empire, realizing the aid from the Plate, sought to relate the platinos leaders aiming to hinder the relations between them and the South rio-grandenses insurrectionists, assuming that stopping these contacts would favor the outcome of the insurrection farroupilha. The agreement which ended the farroupilha conflict went through negotiations aimed at preventing the protections of the rebel platinos leaders specially through Caxias Baron. With the amnesty, the farroupilhas were incorporated into the imperial army and kept under surveillance by a possible collaboration that could come to have with the other platinos commanders.

**Keywords:** platinos leaders, Farroupilha Civil War and The Brazilian Empire.

Historicamente, na região da Bacia do Prata<sup>2</sup>, aconteciam incursões entre os territórios, onde questões políticas perturbavam os grupos partidários das partes da fronteira. Os limites convencionados pelas fronteiras estatais não isolavam, na prática, as populações, “os homens tinham amigos e inimigos, aliados e adversários, e tais influências não se continham dentro das linhas legais, ou seja, ultrapassavam as fronteiras” (RECKZIEGEL, 1999, p. 63). Os conflitos, revoltas ou revoluções também obedeciam essa lógica, alastrando-se pelos limites da fronteira, na procura de auxílio e apoio no que precisassem. Talvez essa dinâmica ocorresse em vista de que na região do Prata<sup>3</sup> os estados ainda não haviam se

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2004), Especialização em História do Brasil pela Universidade Federal de Santa Maria (2007) e Mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (2012).

<sup>2</sup> A Bacia do Prata abarca territórios do Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia e Paraguai.

<sup>3</sup> Todos os países pertencentes à região do Prata conquistaram a independência na primeira metade do século XIX. A Bolívia em 1809; o Paraguai em 1811; a Argentina em 1816; o Brasil em 1822 e o Uruguai em 1828.

constituído em unidades nacionais plenamente consolidadas. Era comum que integrantes das classes dominantes de países recém- constituídos possuíssem propriedades em outros países e, por isso, “buscavam ser respaldados por seus governos ante as situações conflitivas que se multiplicavam” (RECKZIEGEL, 1999, p. 68). Não era estranho que se formassem alianças entre facções de territórios distintos contra o governo institucional de determinada região. Aliás, o campo da política internacional, como sugere Amado Cervo, não obedece necessariamente o âmbito da “racionalidade intrínseca da história ou das fatalidades” (1992). É preciso, portanto, ir além da dicotomia entre causas e efeitos, buscando a inteligibilidade da ação humana no tempo.

A importância do Rio Grande do Sul para as potências do Prata era indiscutível. Caso ele se tornasse livre e autônomo para “formar suas próprias associações como nação independente da Bacia do Prata, abriria muitas possibilidades de novas alianças e o fortalecimento das já existentes” (LEITMAN, 1979, p. 51). Uma aliança com a província de Entre Rios e Corrientes, e o Uruguai, poderia causar transtornos ao poderio político e econômico de Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires. Unido com o Uruguai, influenciaria na manutenção de sua independência. Associado ao Paraguai, também auxiliaria em sua soberania e faria oposição à expansão da Confederação Argentina, liderada por Rosas. Por outro lado, a independência do Rio Grande do Sul seria vantajosa para Buenos Aires, podendo servir “como um tampão adicional contra os desígnios imperialistas do Brasil” (LEITMAN, 1979, p. 52). Outras combinações poderiam ser feitas, entretanto, sob qualquer ângulo, um Rio Grande do Sul independente expressaria um Brasil mais enfraquecido. Sendo assim, uma possível internacionalização do conflito farroupilha ocasionaria ainda mais prejuízos para o Império do Brasil do que se ele permanecesse interno.<sup>4</sup>

A partir da ótica do Prata, o movimento republicano conseguira, por fim, fragmentar o poderoso Império. Diversos projetos de poder foram concebidos. Dentre eles, as conversações para a formação de uma Confederação, constituída pelo Rio Grande, Santa Catarina, Uruguai e mesopotâmia argentina. E até o final do movimento insurrecional, o Uruguai e as províncias argentinas procuraram instrumentalizar os farrapos na disputa com o Império (GOLIN, 2002, p. 343).

---

<sup>4</sup> Para o historiador Álvaro Klafke, os defensores do Império temiam pela internacionalização da guerra civil farroupilha. A Imprensa legalista no Rio Grande do Sul abordava criticamente a possibilidade disso vir a acontecer, principalmente pela denúncia de estrangeiros que estariam aliados aos farroupilhas. Ver: KLAFKE, Álvaro Antonio. Antecipar essa idade de paz, esse império do bem. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. (Tese de doutorado), p. 236-237.

A abordagem das relações sociais e conseqüentemente internacionais entre Império, Farroupilhas e Prata é essencial para a compreensão do fenômeno da guerra civil farroupilha. A caracterização de suas relações como devidamente internacionais se dá pelo fato de que se interpõe entre elas o fenômeno das fronteiras estatais. Conforme Reckziegel, “o conjunto das transações ou de fluxo que atravessam as fronteiras, estatal ou não-estatal, seria o bastante para configurar um relacionamento do tipo internacional” (RECKZIEGEL, 1999, p. 68). A guerra civil farroupilha, portanto, só será apreendida em sua complexidade quando fosse vislumbrada através de um olhar que capturasse suas ligações com as demais partes que compõe o seu todo. Isto é, as questões relativas às relações internacionais, só seriam compreendidas quando confrontadas com a “complexidade intrínseca do fato histórico” (RECKZIEGEL, 1999, p. 16). Considerar a guerra civil farroupilha delimitada somente na espacialidade bélica (dimensão política nacional) e ignorar o contexto das relações além-fronteiras que a permearam seria extremamente prejudicial para o entendimento de sua dinâmica histórica.

Conforme análise de bibliografia e fontes históricas (correspondências, ordens do dia, relatórios, etc), os uruguaios Manuel Oribe e Frutuoso Rivera e o argentino Juan Manuel de Rosas aparecem constantemente como colaboradores dos farroupilhas. Oribe assumiu o governo uruguaio em 1835, concomitantemente à guerra civil farroupilha no Rio Grande. Governou até 1838, quando renunciou em consequência da guerra desencadeada por Frutuoso Rivera, que havia governado o país até a sua posse. Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires a partir de 1829, havia assumido a delegação de representação da Confederação Argentina em 1831, com a implantação do pacto federal entre as províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Entre Rios. Até o ano de 1832, as províncias de Corrientes, Mendoza, Córdoba, Santiago do Estero, Rioja, Tucumán, San Juan, San Luis, Salta e Catamarca aderiram ao pacto federal.

A principal ambição política de Rosas, a qual permearia grande parte de suas ações políticas, militares e diplomáticas, constituía-se na tentativa de retomar a territorialidade do antigo vice-reinado do Rio da Prata, fundado em 1776 pela Espanha, abrangendo Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e territórios do Sul do Brasil, conforme a fronteira do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. Na então conjuntura da guerra civil no Rio Grande do Sul, Juan Rosas autoproclamou a Argentina como herdeira colonial do vice-reinado do Rio da Prata, retomando alguns territórios ou exercendo hegemonia sobre eles. Para efetivar a sua ambição geopolítica, precisaria conquistar ou hegemonizar através de alianças três nações soberanas: a Bolívia, o Uruguai e o Paraguai, além de parte do Rio Grande do Sul e Santa

Catarina, conforme a linha do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777. Para atingir tal objetivo, o caudilho buscou possíveis aliados nos países vizinhos que pudessem colaborar com seus planos, envolvendo-os na política interna e econômica, financiando suas rebeliões e guerras civis, destacando-se a implementação da aliança Oribe-Rosas no combate a Rivera na Banda Oriental e o auxílio aos rebeldes farroupilhas no enfrentamento com o Império do Brasil. Nos territórios de difícil incorporação, como Uruguai e Rio Grande do Sul, Rosas pretendia estabelecer áreas de influências, articuladas com a geopolítica de Buenos Aires.

O ideal de reabilitação do vice-reinado de Buenos Aires começou, sem dúvida, a insinuar-se no espírito de Rosas quando este se assenhorou de Montevideú. [...] Expostas ficaram as fronteiras do Brasil, cujo alvo imediato seria a província de São Pedro do Sul. O objetivo mais próximo consistia na incorporação do território das Missões à Confederação, tomando por base os textos dos antigos atos das metrópoles (GOUVEIA, 1962, p. 176).

Frutuoso Rivera reconhecia como legítima a República Rio-Grandense. E buscava o seu apoio para vencer Manuel Oribe. Caudilho, ex-coronel da Província Cisplatina, além de se relacionar com estancieiros rio-grandenses, assim como Oribe, Rivera fornecia abrigo para os farroupilhas nas áreas do Estado Oriental ocupadas por suas tropas. Além de proteção, o caudilho uruguaio auxiliava os rebeldes com armamentos, utensílios de guerra e cavalaria. Inclusive, era de conhecimento de Rivera as movimentações da guerrilha farroupilha, como sugere a correspondência<sup>5</sup> emitida a Domingos José da Silveira, coronel comandante do Departamento de São Borja. Eram frequentes as trocas de correspondências entre o caudilho oriental e inúmeras lideranças farroupilhas, como por exemplo, João Antônio da Silveira<sup>6</sup>, Domingos José de Almeida<sup>7</sup>, Procópio Gomes de Melo<sup>8</sup> e Bento Gonçalves de Silva.<sup>9</sup>

No início da insurreição, Rosas e Oribe conceberam planos com a pretensão de transformar o perfil político e territorial da América meridional. Entre 1837 e 1838, a legação brasileira em Buenos Aires protestou sobre os artigos de guerra e cavalos entregues aos rebeldes através das províncias de Entre Rios e Corrientes. “Sem dúvida, se não fosse o auxílio prestado pelos caudilhos em diferentes momentos do conflito, os rebeldes não teriam suportado as forças imperiais por tanto tempo” (MENDES, 2011, p. 108). No início da guerra civil, Rosas e Oribe especulavam tanto com os rebeldes como com a Regência brasileira. Aproveitavam a situação para recuperar territórios, especialmente nas Missões, perdido na

<sup>5</sup> CV-7878 - Ofício de Frutuoso Rivera a Domingos José da Silveira, em 18 de setembro de 1837.

<sup>6</sup> CV-7875 - Ofício de Frutuoso Rivera a João Antônio da Silveira, em 8 de maio de 1837.

<sup>7</sup> CV-7882 - Ofício de Frutuoso Rivera a Domingos José de Almeida, em 9 de dezembro de 1841.

<sup>8</sup> CV-7883 - Ofício de Frutuoso Rivera a Procópio Gomes de Melo, em 31 de janeiro de 1842.

<sup>9</sup> CV-7876 - Ofício de Frutuoso Rivera a Bento Gonçalves da Silva, em 2 de março de 1838.

guerra colonial de 1801. Na conjuntura dos primeiros anos do conflito sul-rio-grandense, quando Rivera deflagrou a luta contra o governo de Montevidéu, ele era um inimigo em comum compartilhado com o governo portenho e o Império brasileiro. Por isso, Manuel Oribe, durante seu governo no Uruguai, enviou para o Rio de Janeiro o coronel José Maria Reyes. A missão de Reyes era propor um “tratado de fronteira em conjunto com uma aliança ofensiva e defensiva para combater o general Rivera, que praticamente dominava a campanha agindo contra o governo de Montevidéu, e associado aos rebeldes farrapos do Rio Grande” (GOLIN, 2002, p. 346).

A posição do governo oriental, sustentada pelo comissário Jose María Reyes, era de “fazer chegar à fronteira uruguaia, pelo menos, até o rio Ibicuí”. Essa opinião também era compartilhada pelo visconde de São Leopoldo, o qual afirmou que o Uruguai, aproveitando a conjuntura de guerra civil no Rio Grande, pretendia reviver as “antigas divisórias pelo tratado extinto de 1777” (GOLIN, 2002, p. 347).

Com o auxílio dos farroupilhas, Rivera invadiu o Uruguai e conquistou a maior parte do país, com a exceção de Montevidéu. Oribe, derrotado, partiu para a Argentina após renunciar à presidência uruguaia. Em 1838, Rivera foi reeleito presidente do Estado Oriental. Para o historiador José Pandiá Calógeras, eram evidentes os planos de Rivera na tentativa de fazer frente simultaneamente ao Império brasileiro e à Confederação Argentina.

Os planos dos caudilhos platinos em relação ao Rio Grande do Sul eram vistos com desconfiança pelo farroupilha Luís Rossetti. Nas duas correspondências<sup>10</sup> em que Rossetti enviou a Domingos José de Almeida, em janeiro e fevereiro de 1838, foram mencionadas suas suspeitas quanto aos uruguaios Oribe e Rivera e o argentino Rosas. Na opinião de Rossetti, o governo oriental demorava muito tempo para reconhecer a independência da República Rio-Grandense e talvez este atraso fosse sinal de alguma trama com o Império do Brasil. A vinculação com Frutuoso Rivera foi descrita como “falsa, efêmera e prejudicial”. Apesar das suspeitas em relação à Oribe e Rosas, Rossetti julgava que era necessário manter relações diplomáticas com estes líderes, pois na sua opinião, exerciam forte influência em seus domínios. Criticou também a postura dos chefes rebeldes Antônio de Souza Netto e David Canabarro no que se referia aos tratados acordados com Lavalleja, ao invés de priorizar os contatos com Manuel Oribe. Além de Rossetti, o partido da minoria<sup>11</sup>,

---

<sup>10</sup> CV-8033 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 5 de janeiro de 1838 e CV-8035 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 5 de fevereiro de 1838.

<sup>11</sup> Além dos grupos formados por compadrios, politicamente, os “rebeldes” formavam três partidos, muitas vezes expressando programas difusos e incongruentes, nos espectros das tendências da maioria monarquista-militar, da oposição monarquista-liberal, e da minoria republicana separatista. Invariavelmente, as lideranças

especialmente Antônio Vicente da Fontoura, condenavam os laços estreitos do grupo de Bento Gonçalves e outros caudilhos rebeldes com Rivera.

Embora os alertas de Rossetti em relação à indole de Rivera tenham chegado aos governantes da República Rio-Grandense, não houve rompimento de relações com o caudilho oriental. Manifestação dessa estreita relação com os líderes farroupilhas pode ser expressa na participação de Rivera nas forças rebeldes, comandado pelo coronel João Antônio da Silveira. Bento Manuel Ribeiro ordenava a Silveira, em ofício<sup>12</sup> de 21 de março de 1838, que orientasse a movimentação militar do capitão Porto e de Rivera para onde fosse preciso, inclusive para a região de fronteira.

Em setembro de 1839, Rosas recebeu o ministro da República Rio-Grandense, Antônio Manuel Correa da Câmara. Na prática, reconheceu o governo dos rebeldes e, habilmente, justificou ao governo legal que “não o rechaçava para que o governo argentino tivesse oportunidade de exercer seus bons ofícios para o bem da paz entre os partidos contendores” (GOLIN, 2002, p. 344). O Império, por outro lado, concentrava suas ações na tentativa de dificultar as negociações dos rebeldes com Oribe e Rosas, mantendo Rivera como aliado importante no empreendimento de contenção da revolta farroupilha. Por sua vez, Rivera colaborava com o Império na medida em que temia uma intervenção militar brasileira combinada com Rosas, para liquidar simultaneamente os colorados (seu grupo político, em oposição aos blancos, grupo político de Oribe) da Banda Oriental e os rebeldes do Rio Grande do Sul.

Estrategicamente, o Império pressionou Rivera até que ele rompesse relações comerciais com a República Rio-Grandense, que sobrevivia em grande parte devido às trocas comerciais estabelecidas na praça comercial de Montevideú. Entretanto, Rivera permaneceu durante o período de aliança com o Império, perfazendo ações que iam de encontro ao pacto firmado, continuando a auxiliar os farroupilhas. Do outro lado, os rebeldes permaneceram em uma dúbia relação com Rivera e Oribe, interessados em manter a logística de suas ações militares, suprindo-se de armas e munições provenientes da região do Prata.

A política exterior dos farroupilhas, a partir do final do ano de 1839, inclinou-se para o lado de Rivera, declinando da aliança com Rosas, como sugeriu Luís Rossetti, em correspondência<sup>13</sup> com Domingos José de Almeida, em 22 de janeiro de 1840: “Vejo com

---

dessas tendências procuravam manter relações com segmentos políticos e econômicos no Prata, via representações governamentais ou pessoais. Ver: GOLIN, Tau. A Tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Tchê, 1989.

<sup>12</sup> CV-7726 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a João Antônio da Silveira, em 21 de março de 1838.

<sup>13</sup> CV-8046 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 22 de janeiro de 1840.

imensa satisfação que a política exterior do gabinete vai seguindo melhor caminho. Esforce-se contudo para que seja celebrado o tratado de confederação com a República Catarinense, e faça de modo que nele intervenha o presidente Fructo”.

Os auxílios entre os farroupilhas e Frutuoso Rivera permaneceram. O legalista João Paulo dos Santos Barreto reclamou ao ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Francisco Paula Cavalcanti de Albuquerque, em 22 de maio de 1841, sobre a dificuldade em comprar cavahada no Estado Oriental.<sup>14</sup> Segundo João Paulo, isso devia-se à proteção dada por Rivera aos rebeldes, de armamentos e fardamentos enviados de Montevideu pelo chefe uruguaio. As suspeitas confirmaram-se verdadeiras quando foi celebrada a Convenção de Auxílios entre Rivera e Bento Gonçalves, no dia 18 de dezembro de 1841. No acordo, os rebeldes cederiam 700 homens com o intuito de invadir e ocupar a província de Entre Rios<sup>15</sup>, depondo a sua administração. Em contrapartida, Rivera enviaria 2 mil cavalos para o serviço do exército da República Rio-Grandense. No dia 26 de dezembro<sup>16</sup>, Bento reforçou a convenção firmada, informando que iria enviar os soldados prometidos e exigindo a cavahada que fora negociada. No dia 13 de janeiro de 1842, Bento finalmente avisou Rivera do envio dos soldados para a campanha de Entre Rios, levados pelo general Antonio Netto. Naquele momento, Bento Gonçalves fazia um enorme sacrifício, pois emprestava os soldados quando o governo imperial aumentava suas tropas e preparava-se para atacar em várias frentes. Esperava-se que Rivera cumprisse sua promessa assim como Bento havia cumprido a sua:

Ninguém melhor que V. Ex. pode avaliar o quilate de sacrifício por mim feito atualmente com a ida dessa divisão, no instante em que o governo imperial esgota todos os recursos de que pode lançar mão, para suplantar esta recente república, e que vai tomar a ofensiva sobre a campanha, saindo uma divisão pelo São Gonçalo, e o exército do campo, que ora ocupa, movimento que vai ser já desenvolvido, segundo todas as probabilidades e notícias vindas do Rio Grande. Espero-me porém, que V. Ex., tomando o quanto venho de expender em seu verdadeiro ponto de vista, não só fará regressar a divisão o mais pronto que se possa, mas também ativará a vinda das cavahadas, afim de eu poder manobrar com vantagem na frente

---

<sup>14</sup> Ofício de João Paulo dos Santos Barreto a Francisco Paula Cavalcanti de Albuquerque, em 22 de maio de 1841. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 348-349.

<sup>15</sup> O governador de Entre Rios era Justo José de Urquiza, aliado no então momento de Juan Manuel de Rosas, a quem Rivera pretendia combater.

<sup>16</sup> Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Frutuoso Rivera, em 26 de dezembro de 1841. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 359-360.

do exército imperial, se estas, como espero, me não faltarem, bem assim outros recursos, que por ventura nos sejam precisos da república.<sup>17</sup>

O barão de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul em 28 de setembro de 1842, tomando posse em 9 de novembro do mesmo ano.<sup>18</sup> A situação do exército imperial na região era bastante delicada quando Caxias assumiu o seu comando. Todas as administrações anteriores haviam fracassado nas negociações com os rebeldes. O oferecimento de anistias e as propostas de pacificação da província foram constantemente rejeitados pelos farroupilhas. Além disso, os farroupilhas, “a qualquer ofensiva imperial seguiam rumo ao Estado Oriental, onde recebiam proteção de Rivera” (MENDES, 2011, p. 13).

Durante seus primeiros dois meses de governo, Caxias tratou de visitar os corpos imperiais espalhados pela província, organizar o exército e iniciar as primeiras tentativas de entendimento com os governos platinos. Constituiu o exército legalista na província em três divisões: a 1ª comandada pelo brigadeiro Felipe Néri de Oliveira; a 2ª, pelo coronel Jacinto Pinto de Araújo Correia, e a 3ª, por João da Silva Tavares. Caxias dispunha de um contingente militar de 11.549 soldados.

Em contato com Oribe, Caxias promoveu acordo para impedir que os farroupilhas se refugassem na fronteira oriental. Desde seu primeiro mês como presidente legal da província, procurou interceder junto ao Paraguai<sup>19</sup> para a obtenção de cavalaria para seu exército, compensando o péssimo estado em que encontrou os cavalos pertencentes às tropas legalistas. Seu antecessor, Saturnino de Souza e Oliveira, já havia iniciado negociações para aquisição de cavalaria na província de Corrientes, compra efetivada por Caxias em 25 de janeiro de 1843.<sup>20</sup> Em 10 de maio de 1843, Oribe e Caxias trocavam correspondências sobre a possibilidade de venda de 6 mil cavalos ao exército imperial.<sup>21</sup>

---

<sup>17</sup> Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Frutuoso Rivera, em 13 de janeiro de 1842. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 365-366.

<sup>18</sup> Ofício do barão de Caxias ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Candido José de Araújo Vianna, comunicando sua posse na província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 9 de novembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, n° 1, pt. 1.

<sup>19</sup> Em 12 de novembro de 1842, Caxias oficiou ao ministro José Clemente Pereira sobre a nomeação de um agente diplomático na República do Paraguai, a fim de que se facilitasse a compra de cavalaria para uso do exército imperial. Ofício do barão de Caxias a José Clemente Pereira, em 12 de novembro de 1842. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 49-50.

<sup>20</sup> Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 25 de janeiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, n° 49, pt. 1.

<sup>21</sup> Ofício de Manuel Oribe ao barão de Caxias, em 10 de maio de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 121.



No mês seguinte, o barão informou ao ministro e secretário de estado dos Negócios da Guerra, Salvador José Maciel, sobre a sua expectativa em receber 4.000 cavalos que havia encomendado do Estado Oriental.<sup>22</sup> Em 2 de novembro de 1843, Caxias oficiou ao ministro Salvador José Maciel sobre as negociações que havia praticado também com Rivera a fim de adquirir 3 mil cavalos em troca de armamentos e peças de artilharia.<sup>23</sup> A aquisição de cavalaria pelo exército imperial após a nomeação de Caxias provinha de três formas: negociação com os países platinos; particulares e expropriação dos inimigos. A compra de cavalos na região do Prata, além da necessidade real, pode ser interpretada como uma forma de impedir que os farroupilhas obtivessem cavalaria, já que era habitual que os rebeldes conseguissem por intermédio de acordos com os líderes platinos. As províncias platinas beneficiavam-se em muito com o recurso militar considerado o mais importante: o cavalo, pois abasteceram, por diversas vezes, as duas forças oponentes que se enfrentaram na guerra civil farroupilha.

Em 1843, Frutuoso Rivera se dispôs contra o Império quando apoiou os farroupilhas na guerra civil e exigiu a devolução ao Uruguai das Missões sul-rio-grandenses. A reivindicação do território brasileiro estava baseada no Tratado de limites de Santo Ildefonso, acordado em 1777. As ações de Rivera também desagradaram a Rosas, que temia uma Confederação rival à sua. Nesse panorama, parecia que uma aliança com o Império do Brasil e o governador de Buenos Aires era atraente, pois Rivera constituía-se em um inimigo comum a ambas nações. Tomás Guido, representante de Rosas, foi enviado ao Rio de Janeiro para negociar uma composição entre os dois países. Foi, então, concluída a aliança com a finalidade exclusiva de derrubar Rivera e pacificar o Rio Grande do Sul. Contudo, mesmo que o acordo tivesse sido firmado e ratificado pelo Brasil, Rosas, no momento de também ratificá-lo, rejeitou-o, sob a justificativa de erros formais.

Na realidade, a aliança não passou de uma hábil manobra política, que jogou o Império contra Rivera e manteve-o afastado dos negócios platinos, como sempre pretendeu o governador argentino. Foi um triunfo completo de Rosas, que afastou o perigo de intervenção européia, recolocou Oribe no governo de Montevideú e continuou mantendo a neutralidade brasileira (CERVO, 1992, p. 55).

---

<sup>22</sup> Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Taquarimbó grande, 20 de junho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 101, pt. 3.

<sup>23</sup> Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. São Gabriel, 2 de novembro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 137, pt. 3.

A atitude do governador de Buenos Aires acentuou a desconfiança dos meios políticos brasileiros. Percebeu-se a dificuldade de entendimento e a inviabilidade de uma composição com Rosas para atingir as metas concretas do governo imperial. Inclusive, quando Caxias assumiu a tarefa de pacificação da província do Rio Grande do Sul, Rosas prometeu 6.000 cavalos<sup>24</sup> ao exército imperial, intermediados por Manuel Oribe, o qual respondeu a Caxias que desconhecia tal promessa, esquivando-se em auxiliar o Império do Brasil. A inviabilidade da manutenção de relações mais confiáveis com as lideranças platinas, demonstrada pelo fracasso com que as composições com eles resultaram, ocasionaram a alteração da política exterior platina brasileira. Parecia que era necessário interceder energicamente no Prata para garantir os interesses imperiais brasileiros na região.

Durante a administração de Caxias, Manuel Oribe ocupava o centro do Estado Oriental, onde instalou o Governo de Cerrito, que passou a sitiar Montevidéu. O governo uruguaio elegeu Joaquín Suárez para suceder Frutuoso Rivera, que havia sido derrotado em 1843 por tropas argentinas<sup>25</sup> e uruguaias sob o comando de Oribe. O domínio de Oribe no Estado Oriental proporcionou o enfraquecimento de Rivera no território uruguaio. Mesmo com sua influência reduzida, Caxias preocupava-se com o contínuo auxílio e proteção que Rivera dava aos rebeldes. Por isso, enviou Silva Tavares à fronteira uruguaia com o intuito de sondar “o estado das coisas daquele lado”.<sup>26</sup> O Ministério das Relações Exteriores, através do ministro Honório Hermeto Carneiro Leão, também intercedia pela busca da pacificação da província do Rio Grande do Sul, através de instruções ao encarregado de negócios na República Oriental do Uruguai, João Francisco Régis: “Aprovo igualmente as comunicações que V. Mce. tem feito ao presidente da província de São Pedro, acerca dos sucessos mais notáveis, que devem chegar ao seu conhecimento para o desenvolvimento de suas operações militares”.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Estância Boa Vista, nas Pontas de Jaguari, 16 de julho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, n° 117, pt. 3.

<sup>25</sup> As tropas argentinas foram enviadas por Juan Manuel de Rosas, que aliando-se a Manuel Oribe, pretendia destituir Frutuoso Rivera do cargo de presidente do Uruguai, assumindo em seu lugar Oribe. Joaquín Suárez não foi aceito como presidente do Uruguai por Rosas e Oribe, os quais passaram a combatê-lo. O bloqueio do porto de Montevidéu foi uma das ações contra o governo uruguaio. Ver: MENDES, Jéferson. As relações diplomáticas entre o Barão de Caxias, os farroupilhas e os governos platinos e provincianos durante a Revolução Farroupilha. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/.../253>. Acesso em: junho de 2010, p. 13-14.

<sup>26</sup> Carta de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Rio Grande, 29 de novembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, n° 22, pt. 1.

<sup>27</sup> Instruções de Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro dos Negócios Estrangeiros, a João Francisco Régis, encarregado de negócios em Montevidéu, em 27 de fevereiro de 1843. Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 26.

Em 6 de dezembro de 1842, Oribe venceu as forças de Rivera em Serro Largo, expulsando seus aliados de alguns pontos na fronteira. Isso favoreceu Caxias, pois, os rebeldes não teriam mais tanta facilidade para atravessar o Estado Oriental e receber os recursos antes proporcionados. Além disso, “os contatos com Manoel Oribe possibilitavam a entrada e saída das tropas imperiais no Estado Oriental” (MENDES, 2011, p. 79).

Rivera foi derrotado por Oribe também na região de Entre Rios em 22 de dezembro de 1842. Com essa derrota, Caxias temia que Rivera buscasse apoio entre os rebeldes do Rio Grande do Sul. Existia indícios de que Bento Gonçalves e Rivera haviam se entendido sob a forma de algum tratado, pois os farroupilhas, conforme Caxias, receberam do Estado Oriental 200 clavinas e 200 espadas.<sup>28</sup> E agora, com o fracasso de Rivera em Entre Rios, era possível que ele viesse procurar socorro no Rio Grande do Sul. Pensando nessa hipótese, Caxias reforçou a infantaria legalista na região da fronteira com o Uruguai. Antes mesmo que o tratado de Paisandú fosse ratificado entre os farroupilhas e Rivera, Caxias teve acesso sobre suas negociações através de ofício do coronel João da Silva Tavares. O ministro José Clemente Pereira foi informado pelo barão sobre as conferências que Bento Gonçalves havia tido em Paisandú.<sup>29</sup> Além do tratado de Paisandú, Rivera também assinou com os rebeldes outros acordos.<sup>30</sup> Apesar de Caxias tentar coibir a passagem dos farroupilhas para as províncias platinas, era difícil impedir que eles recebessem os recursos provenientes dessas regiões. Então, gradativamente, deslocou o exército imperial para a região da Campanha, procurando destruir “os redutos rebeldes existentes na fronteira” (MENDES, 2011, p. 57). Em um desses deslocamentos, o imperial Antônio Ignácio bateu de frente com o rebelde Antônio Mariano. No combate, foi apreendida a correspondência de Rivera endereçada a Canabarro. Nela, era revelada a existência de um plano sedicioso entre os farroupilhas e o líder oriental, além da promessa de Rivera em conceder cavalaria aos rebeldes. Caxias, em correspondência com o ministro da Guerra, Salvador José Maciel, expressou sua opinião em relação à escolha de aliados no Estado Oriental, optando pela opção de Manuel Oribe, pois visualizava em Oribe uma possível cooperação com o governo central, enquanto que Rivera iludia o Império

---

<sup>28</sup> Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 22 de dezembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, nº 36, pt. 1.

<sup>29</sup> Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 05 de janeiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 54, pt. 1.

<sup>30</sup> Com a República Rio-Grandense, além dos acertos de Piratini e Canguê, Rivera assinou o Tratado de Paissandu, em setembro de 1838; a Convenção Secreta, de 5 de junho de 1841; a Convenção de Auxílios, de 28 de dezembro de 1841; a Convenção de Corrientes, de 29 de janeiro de 1842; a segunda Convenção de Paissandu, de 15 de outubro de 1842 (a qual Caxias teve acesso pela correspondência de Silva Tavares); e a Convenção das Pontas do Quaraí, em 6 de março de 1844. Ver: GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 354.

ajudando secretamente os farroupilhas.<sup>31</sup> Se não fosse por essas constantes assistências e proteções, principalmente de Rivera, a guerra já estaria concluída. Segundo Caxias, foi nesse arranjo de auxílio mútuo com o Prata, que os farroupilhas conseguiram, mesmo debilitados pela guerra, manter algumas ações até princípios de 1845.

Em meados de 1844, a vantagem dos imperiais sobre os farroupilhas era considerável. A estratégia de pacificação do barão em ocupar o maior número de pontos na região da Campanha, perseguir os grupos armados incessantemente e conceder anistia a todos os rebeldes que depusessem as armas contra o Império do Brasil gerara resultados satisfatórios. Antônio Vicente da Fontoura, já anistiado, foi escolhido pelo Império como o embaixador na corte para tratar da pacificação, obtendo carta-branca para interceder nos ajustes da restituição da paz.<sup>32</sup> As negociações resultaram no Decreto de Anistia do Imperador, publicado em 18 de dezembro de 1844, onde ficou acertado o perdão absoluto daqueles que se rebelaram contra o Império do Brasil. Em 28 de fevereiro de 1845, David Canabarro, representante dos que se insurgiram contra o Império na província do Rio Grande do Sul, pelo período de quase dez anos, apresentou o pedido de perdão coletivo dos oficiais insurgentes ao imperador para serem beneficiados com a anistia. Ao cabo, aquele foi o meio encontrado, jamais existindo um tratado de paz, pois o Império não poderia reconhecer o que nunca se materializou na província do Rio Grande do Sul: um estado independente do Império. Em 1º de março de 1845, Caxias declarou pacificada a província. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil divulgou nota para as legações imperiais no dia 22 de março de 1845, comunicando a pacificação completa da província.<sup>33</sup>

A concretização da solução da guerra civil farroupilha foi acompanhada pelo atendimento de inúmeras condições apresentadas pelos insurretos ao governo imperial. Como por exemplo, o pagamento da dívida contraída pelos farroupilhas e a incorporação dos ex-rebeldes no exército imperial. A realização dessas compensações não representou uma derrota para o Império, pelo contrário, ela possibilitou que os ex-líderes rebeldes se tornassem aliados, resguardando a segurança das fronteiras meridionais do Brasil, voltando-se contra os ex-aliados platinos se fosse necessário. Conforme analisou o historiador Cesar Guazzelli, “tendo em vista a possibilidade iminente de conflitos no Prata, o Brasil não podia abrir mão daqueles elementos que eram capazes de mobilizar tropas na região” (1997).

---

<sup>31</sup> Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Vila de Santa Maria, 4 de dezembro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 148, pt. 3.

<sup>32</sup> SPALDING, Walter. Construtores do Rio Grande. III Volume. Porto Alegre: Sulina, 1973, p. 91.

<sup>33</sup> Circular de 22/03/1845. Caderno do CHDD, ano III. no 4 / Fundação Alexandre Gusmão. Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília: DF – 2004 Semestral ISSN: 1678-586X, p. 116-117.

Pelo motivo de que os líderes platinos visualizavam nos ex-combatentes farroupilhas possíveis aliados nos seus enfrentamentos, o governo imperial mantinha os anistiados da guerra civil de 1835-1845 sob alta vigilância, procurando ao máximo mantê-los como seus aliados. Com os acordos realizados entre os ex-rebeldes, pôde-se perceber que o olhar do Império ia além dos limites territoriais do Sul do Brasil, ou seja, observava também as forças de atração platina, consideradas perigosas pelos seus projetos expansionistas. A insurreição interna farroupilha, portanto, ampliou-se como questão geopolítica de grande proporção no espaço platino, onde sua solução representou uma importante conquista para o Império do Brasil.

### LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APBC-NDH-UPF, nº, pt. – Arquivo Pessoal do barão de Caxias – Núcleo de Documentação Histórica - Universidade de Passo Fundo, número, pasta.

CV– Coleção Alfredo Varela.

### FONTES

CV-7878 - Ofício de Frutuoso Rivera a Domingos José da Silveira, em 18 de setembro de 1837.

CV-7875 - Ofício de Frutuoso Rivera a João Antônio da Silveira, em 8 de maio de 1837.

CV-7882 - Ofício de Frutuoso Rivera a Domingos José de Almeida, em 9 de dezembro de 1841.

CV-7883 - Ofício de Frutuoso Rivera a Procópio Gomes de Melo, em 31 de janeiro de 1842.

CV-7876 - Ofício de Frutuoso Rivera a Bento Gonçalves da Silva, em 2 de março de 1838.

CV-8033 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 5 de janeiro de 1838.

CV-8035 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 5 de fevereiro de 1838.

CV-7726 - Ofício de Bento Manuel Ribeiro a João Antônio da Silveira, em 21 de março de 1838.

CV-8046 - Ofício de Luís Rossetti a Domingos José de Almeida, em 22 de janeiro de 1840.

Ofício de João Paulo dos Santos Barreto a Francisco Paula Cavalcanti de Albuquerque, em 22 de maio de 1841. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 348-349.

Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Frutuoso Rivera, em 26 de dezembro de 1841. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 359-360.

Ofício de Bento Gonçalves da Silva a Frutuoso Rivera, em 13 de janeiro de 1842. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1883. Vol. 462, p. 365-366.

Ofício do barão de Caxias ao ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império Candido José de Araújo Vianna, comunicando sua posse na província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 9 de novembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, nº 1, pt. 1.

Ofício do barão de Caxias a José Clemente Pereira, em 12 de novembro de 1842. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 49-50.

Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 25 de janeiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 49, pt. 1.

Ofício de Manuel Oribe ao barão de Caxias, em 10 de maio de 1843. ARARIPE, Tristão de Alencar. Guerra civil do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1884. Vol. 472, p. 121.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Taquarimbó grande, 20 de junho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 101, pt. 3.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. São Gabriel, 2 de novembro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 137, pt. 3

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Estância Boa Vista, nas Pontas de Jaguari, 16 de julho de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 117, pt. 3.

Carta de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Rio Grande, 29 de novembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, nº 22, pt. 1.

Instruções de Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro dos Negócios Estrangeiros, a João Francisco Régis, encarregado de negócios em Montevidéu, em 27 de fevereiro de 1843. Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ano IX, Número 17. – [Brasília, DF] : A Fundação, 2010. 436 p. ; 17 x 25 cm Semestral. ISSN: 1678-586X, p. 26.

Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 22 de dezembro de 1842. In: APBC-NDH-UPF, nº 36, pt. 1.

Ofício do barão de Caxias ao ministro José Clemente Pereira. Porto Alegre, 05 de janeiro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 54, pt. 1.

Ofício do barão de Caxias ao ministro Salvador José Maciel. Vila de Santa Maria, 4 de dezembro de 1843. In: APBC-NDH-UPF, nº 148, pt. 3.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Volume III: Da Regência à Queda de Rosas. Brasília: Câmara do Deputados/Companhia Editora Nacional, 1989.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

GOLIN, Tau. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOLIN, Tau. *A Tradicionalidade na cultura e na história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1989.

GOUVEIA, Maurílio de. *Marquês do Paraná, um varão do Império*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998. (Tese de Doutorado).

KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem*. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. (Tese de doutorado).

LEITMAN, Spencer Lewis. *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Tradução de Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MENDES, Jéferson. *As relações diplomáticas entre o Barão de Caxias, os farroupilhas e os governos platinos e provincianos durante a Revolução Farroupilha*. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/.../253>. Acesso em: junho de 2010.

MENDES, Jeferson dos Santos. *O barão de Caxias na guerra contra os farrapos*. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: UPF EDITORA, 1999.

SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha: história popular do grande decênio, seguido das efemérides principais de 1835-1845, fartamente documentadas*. São Paulo: Nacional; [Brasília]: INL, 1980.

SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*. III Volume. Porto Alegre: Sulina, 1973, p. 91.